

Algarve 2030

**Contributo Regional
para a Estratégia Nacional
Portugal 2030**

Maio de 2018





Ficha Técnica:

Título:

Algarve 2030 - Contributo Regional para a Estratégia Nacional Portugal 2030

Coordenação:

Francisco Serra

Equipa Técnica:

Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais

Aquiles Marreiros

Daniel Guerreiro

Isabel Beja

Faro, maio de 2018

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, nº 2, 8000-164 Faro

Tel.: (351) 289 89 52 00

geral@ccdr-alg.pt

www.ccdr-alg.pt

www.facebook.com/ccdralgarve

Contributo da CCDR Algarve para a Estratégia Nacional Portugal 2030

Considerações iniciais

O exercício de programação financeira para o período pós 2020 assume-se particularmente desafiante para a região do Algarve. A consolidação do estatuto de região em transição condiciona a disponibilidade de fundos disponíveis, assim como eleva o compromisso e a responsabilidade de os programar de forma a responder inequivocamente, e na medida do possível, aos grandes desígnios de competitividade, sustentabilidade e desenvolvimento regional.

O comprometimento entre todas as partes envolvidas (administração, entidades do sistema científico e tecnológico, associações, empresas, IPSS e a própria sociedade civil) para com esses desígnios, constitui um objetivo, que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) promulga, desde o primeiro momento, na construção de uma visão prospetiva, integrada, concertada e que traduza uma corresponsabilização, baseada num amplo processo de participação e discussão pública.

Neste âmbito, em resposta ao desafio lançado pelo primeiro ministro António Costa na sessão do Conselho Regional do Algarve realizada a 12 de janeiro de 2018, a CCDR Algarve promoveu a realização de seis Fóruns de participação pública, para dar a conhecer a proposta nacional para o horizonte 2030 e encetar a discussão e construção conjunta de uma visão regional para o mesmo período.

Com base no modelo e domínios/objetivos traçados a nível nacional, estipulou-se um processo de priorização, avaliação, qualificação e identificação dos fatores críticos e medidas alternativas que visam estruturar e fundamentar os contributos regionais para a Estratégia Nacional Portugal 2030 e simultaneamente lançar as bases de desenvolvimento para a Estratégia Regional Algarve para o mesmo período. Para tal, importa, em traços largos, conhecer a região, o território e o seu perfil demográfico e económico, dando suporte e fundamento às propostas que integram este documento, maioritariamente resultantes do processo de participação empenhada e ativa dos atores e população regional.

Algarve: Breve Contexto Regional

Ultrapassado o período de recessão económica, o Algarve apresentou no último triénio taxas de crescimento do PIB bastante superiores à média nacional, sendo a região com a variação mais expressiva em 2014 e 2016 (3,1% em ambos os casos). Este crescimento deveu-se sobretudo ao turismo, motor inequívoco da economia algarvia, traduzindo-se num aumento relativo mais substancial do VAB do “comércio, transportes e armazenagem e alojamento e restauração” nos últimos três anos.

Consequentemente, reforçou-se a importância económica destas atividades, que em 2016 passaram a representar 40% do VAB da região. As atividades imobiliárias, também muito associadas ao turismo, ganharam preponderância e tornaram-se no ramo de atividade com o segundo maior contributo para o VAB (17,3%). Esta evolução tem conduzido ao reforço dos Serviços (87,3% do VAB regional e a quase 85% do emprego - indivíduos remunerados) e a uma ainda maior especialização da economia algarvia.

A região tem aumentado a sua intensidade exportadora; o valor das exportações de bens face ao PIB evoluiu de 1,3%, em 2007, para cerca de 2%, em 2016. O Algarve regista desde 2011 uma taxa de emprego superior à média nacional, alcançando em 2016 o valor mais elevado das regiões portuguesas. A taxa de desemprego atingiu um pico de 17,6% em 2012 (15,5% no país), registando desde então uma dinâmica mais favorável do que no país, baixando para 9,2% em 2016.

Apesar de alguma perda na quota turística, fruto da maior aposta e do desenvolvimento do turismo nas restantes regiões, o Algarve continua a apresentar os valores mais expressivos em termos de capacidade (32,5%) e dormidas (32,1%) nos estabelecimentos de alojamento turístico. Nos últimos anos a variação do número de hóspedes e dormidas foi inferior à média nacional, mas em 2016 registaram-se 19 milhões de dormidas, o valor mais elevado de sempre, das quais 78,3% originadas por hóspedes estrangeiros. O alojamento local tem apresentado grande dinâmica nos anos mais recentes, correspondendo a 17,6% da capacidade instalada e 17,3% das dormidas registadas a nível nacional, nesta tipologia.

Se por um lado, a região conseguiu criar uma imagem internacional que se traduziu num forte crescimento dos fluxos turísticos, com o reforço do peso dos hóspedes estrangeiros, nomeadamente de novos mercados emissores, por outro, gerou-se uma procura de espaços residenciais que, envolvendo também elementos determinantes de especulação fundiária, alimentou um grande dinamismo da construção civil, gerador de uma elevada procura de segundas residências, baseada em fluxos sazonais. No entanto, quase 200 mil fogos estão vagos ou tem uso sazonal, o que traduz preocupações acrescidas e necessidades de investimento redobradas em equipamentos e infraestruturas.

A produção industrial perdeu bastante expressão na última década. Em 2015 as indústrias extrativa e transformadora representavam apenas 2,3% do VAB e 3,4% do emprego total da região. No setor secundário foi na construção, contudo, que se observou a maior contração. Em 2016 o contributo da atividade para o VAB não ultrapassou 3,9%.

A agricultura e pescas sofreram igualmente um declínio, representando apenas 2,9% da economia regional em 2016. O Algarve transformou-se numa economia fortemente baseada nos Serviços, embora sem tradução equivalente ao nível da qualificação do terciário e do território.

No contexto de especialização territorial, a região tem procurado capitalizar a atração de investimentos estruturantes assentes nos domínios consolidados do turismo e do mar, bem como nas áreas complementares da saúde, energias renováveis, TIC e Agroalimentar, previstos na Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3 Algarve), em prol do crescimento económico e da criação de emprego, os quais condicionam os apoios no quadro do atual período de programação financeira por via do programa operacional regional (CRESC Algarve 2020).

Do ponto de vista demográfico, o Algarve é uma das regiões mais dinâmicas do País, registando entre 2001 e 2015 um crescimento populacional na ordem dos 10%. Se o crescimento efetivo se suportava grandemente no contributo do saldo migratório, por força da atração de mão-de-obra para a região, sobretudo para os setores da construção e das atividades turísticas, a partir de 2004, é visível o efeito do saldo natural, suplantando os nascimentos os óbitos. Esta tendência manteve-se até 2010, atingindo a população residente um pico de 451,3 mil indivíduos.

Em 2011, consequência da contração e recessão económica, com forte efeito no mercado de trabalho, registaram-se alterações demográficas significativas, em que muitos saíram do Algarve à procura de oportunidades noutras geografias, não só os imigrantes, como população originária da região, em particular jovens adultos (25 e os 34 anos). Em 2015 a população estrangeira residente representava 13%.

Em 2015 a densidade populacional era de 88 hab/km², embora com variações entre os territórios predominantemente rurais e os urbanos que oscilam entre os 28 e os 303 hab/km². Quase 70% residia em áreas predominantemente urbanas, traduzindo uma elevada concentração, sobretudo na faixa litoral.

Algarve 2030: Um Processo Participado

Conforme mencionado, a CCDR Algarve promoveu a realização de seis Fóruns de participação pública, para dar a conhecer a proposta nacional para o horizonte 2030 e encetar a discussão e construção conjunta de uma visão regional para o mesmo horizonte.

O primeiro fórum decorreu em Faro no dia 3 de abril e teve um caráter institucional, congregando os representantes das entidades que integram os seguintes órgãos regionais de suporte à CCDR Algarve: Conselho Regional, Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI), Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial e Conselho e Inovação Regional do Algarve (CIRA).

As sessões seguintes decorreram de forma descentralizada no território algarvio, nomeadamente em Vila Real de Santo António (18 de abril), Loulé (2 de maio) e Portimão (9 de maio). Complementarmente realizou-se no dia 15 de maio, uma sessão de trabalho interna dirigida aos colaboradores da CCDR Algarve e outra no dia 28 de maio dirigida à comunidade académica da Universidade do Algarve.

Os Fóruns de participação pública seguiram um modelo idêntico, baseado em três fases distintas: 1) preenchimento de questionário *online*; 2) propostas e discussão em mesas de trabalho e 3) mapa de vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais.

Na fase 1 convidaram-se os participantes a pronunciar-se sobre os domínios/objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional Portugal 2030, avaliando a sua maior, igual ou menor incidência escalar a nível nacional ou regional; a sua classificação e enquadramento em termos transversais e territoriais, bem como a priorização dos mesmos, traduzindo a perceção dos participantes quanto à importância de cada domínio para e no contexto regional.

Complementarmente solicitou-se a especificação de três recursos e/ou equipamentos e/ou produtos que pudessem potenciar o desenvolvimento regional e a indicação de uma única palavra que expressasse a visão para o Algarve na próxima década, questões que pretendiam aferir de forma sumária, caminhos e perspetivas a considerar do ponto de vista estratégico.

Na fase 2 os participantes foram agrupados em mesas de trabalho e convidados a seguir um guião, com orientação de um dinamizador. O guião contemplava quatro momentos distintos que pressupunham: i) apresentação de domínios/objetivos alternativos e/ou complementares aos apresentados na Estratégia Nacional Portugal 2030, seguida de classificação de importância e prioridade; ii) identificação de problemas/pontos fracos da região do Algarve, seguida de votação; iii) identificação de forças/pontos fortes da região do Algarve, seguida de votação e iv) apresentação de medidas de política pública que contribuam para o desenvolvimento regional, seguida de classificação de importância e prioridade.

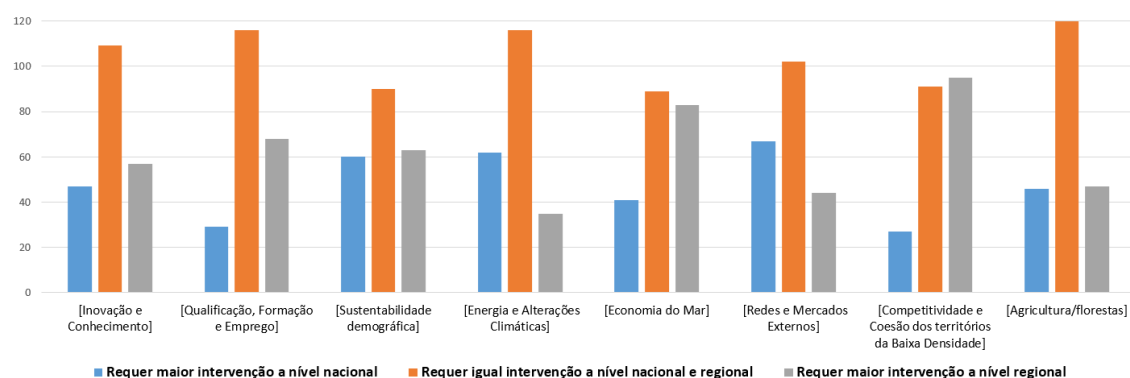
Na fase 3 os participantes foram convidados a identificar no território regional, as áreas que consideravam possuir maiores vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais.

Além deste formato de participação presencial que totalizou cerca de 259 participantes, possibilitou-se a submissão de contributos escritos através de plataforma disponibilizada no site da CCDR Algarve (desde o dia 27 de fevereiro). Por esta via, foram rececionadas apenas sete participações, cujos contributos foram analisados e integrados, também, neste documento.

Principais Resultados

Cada um dos domínios/objetivos propostos na Estratégia Portugal 2030 pode manifestar-se de forma diferenciada na escala nacional ou regional, de acordo com as problemáticas e oportunidades observadas nos territórios, e em particular, da perceção que cada um possui desses domínios/objetivos e da forma como estes se integram no seu contexto económico, social, ambiental e de governança. Face ao exposto e por forma a desenhar e concretizar medidas de política mais eficazes e eficientes, pretendeu-se aferir se os domínios/objetivos propostos requererem maior intervenção na escala nacional ou na escala regional, ou se pelo contrário, requererem igual nível de intervenção.

Com exceção do domínio da competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade que revelou uma maior necessidade de intervenção a nível regional, nos restantes domínios prevaleceram respostas incidentes na não diferenciação de intervenção a nível nacional e regional. Esta classificação evidencia, sobretudo, as oportunidades agregadas à exploração dos recursos endógenos dos territórios de baixa densidade, bem como a necessidade de promover uma distribuição equitativa de oportunidades, que se traduzam na atração, fixação e manutenção de população e emprego.



No entanto, numa análise mais fina, conseguimos aferir que os domínios da Economia do Mar, da Qualificação, formação e Emprego e da sustentabilidade demográfica, registam uma expressiva necessidade de intervenção a nível regional, manifestando as fortes ligações da região com o seu potencial marítimo, com as características do mercado de trabalho regional associado à atividade turística e ao seu pendor sazonal, mas também por via do equilíbrio dos saldos natural e migratório, que poderão colocar em causa o crescimento efetivo da população, pela dificuldade em garantir a substituição de gerações.

Por outro lado, a energia e alterações climáticas, bem como as redes e mercados externos, merecem uma apreciação de maior necessidade de intervenção em termos nacionais do que regionais, o que expressa uma leitura alargada das problemáticas societárias promotoras da mitigação de riscos inerentes às alterações climáticas e de incentivo ao recurso a energias renováveis, limpas e eficientes. Denota igualmente o domínio das exportações de serviços, predominantemente turísticos, em detrimento dos bens, que influenciam a perceção e leitura da estrutura produtiva do Algarve.

Domínios alternativos/complementares

Mais importante	Mais urgente
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Qualidade de vida <input type="checkbox"/> Saúde e bem estar <input type="checkbox"/> Inclusão de pessoas com deficiência <input type="checkbox"/> Competitividade regional <input type="checkbox"/> Sustentabilidade ambiental <input type="checkbox"/> Consumo sustentável <input type="checkbox"/> Água: gestão integrada de recursos hídricos / disponibilidade hídrica <input type="checkbox"/> Desenvolvimento, promoção e criação cultural <input type="checkbox"/> Salvaguarda e valorização do Património Cultural <input type="checkbox"/> Valorização do Baixo Guadiana/Rio Guadiana <input type="checkbox"/> Qualificação e diversificação turística <input type="checkbox"/> Atração e fixação de recursos humanos <input type="checkbox"/> Mobilidade, acessibilidades e redes de transportes <input type="checkbox"/> Economia digital 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Diversificação base económica <input type="checkbox"/> Valorização dos recursos endógenos <input type="checkbox"/> Sustentabilidade demográfica / despovoamento / Envelhecimento ativo <input type="checkbox"/> Saúde e bem estar <input type="checkbox"/> Economia social <input type="checkbox"/> Qualificação, Formação e emprego <input type="checkbox"/> Atração e fixação de jovens <input type="checkbox"/> Ordenamento e sustentabilidade ambiental <input type="checkbox"/> Água: gestão integrada de recursos hídricos / disponibilidade hídrica <input type="checkbox"/> Mobilidade e transporte sustentáveis (condições e alternativas) <input type="checkbox"/> Desenvolvimento, promoção e criação cultural <input type="checkbox"/> Governança <input type="checkbox"/> Desburocratização / Simplificação administrativa <input type="checkbox"/> Cooperação

Paralelamente, os domínios mais urgentes centraram-se na competitividade (diversificação da base económica, na qualificação e emprego e valorização dos recursos endógenos, por exemplo em termos de aproveitamento para produção de energia), na sustentabilidade demográfica (atração e fixação de jovens, economia social), mas também nos processos de ordenamento do território, de governança, quer do ponto de vista da gestão dos fundos, quer do ponto de vista das lideranças e redes de cooperação, regionais, inter-regionais e transfronteiriças.

Da leitura dos domínios/objetivos alternativos ou complementares apresentados pelos participantes, verifica-se que na maioria dos casos, os mesmos poder-se-ão integrar nos propostos na Estratégia Portugal 2030, nomeadamente nos classificados como domínios/objetivos transversais (inovação e conhecimento; qualificação, formação e emprego e sustentabilidade demográfica) não constituindo assim, na verdade, reais alternativas, mas sim abordagens mais específicas inerentes à realidade regional. Neste âmbito, excetuam-se as questões da **mobilidade, da cultura, do património, da água, da governança e da cooperação**, pouco associadas aos domínios propostos na estratégia nacional, as quais merecerão um maior aprofundamento, na visão regional que integra este contributo.

No que respeita aos principais problemas/pontos fracos identificados para a região do Algarve, os participantes salientaram questões que podemos considerar como resultantes de desafios societais amplos, e por isso transversais, mas também questões estruturais que derivam das especificidades do território e das atividades em presença, que por sua vez condicionam conjuntamente, outras questões complementares, nomeadamente as formas de ocupação territorial e a utilização dos recursos.

Os desequilíbrios vigentes na região, que se manifestam em termos territoriais, sociais e demográficos, derivam em parte da própria natureza do setor produtivo baseado no turismo, os quais se refletem no ordenamento do território, nas ameaças ambientais e aos recursos em presença, mas também nas oportunidades, qualidade e diversidade da oferta de emprego e das

condições laborais praticadas e ainda na debilidade do tecido empresarial, carente do ponto de vista industrial e da alta tecnologia.

Principais problemas/pontos fracos da região
<input type="checkbox"/> Falta de sincronização estratégica / Planeamento e desenvolvimento integrado
<input type="checkbox"/> Ordenamento do território
<input type="checkbox"/> Desequilíbrios (territoriais, sociais e demográficos)
<input type="checkbox"/> Alterações climáticas
<input type="checkbox"/> Ambiente / Fraca proteção dos recursos naturais / orla costeira
<input type="checkbox"/> Recursos hídricos
<input type="checkbox"/> Universidade do Algarve com oferta formativa desajustada às necessidades atuais e futuras
<input type="checkbox"/> Acessibilidades, mobilidade, transportes e intermodalidade (Ferrovia e Rodovia)
<input type="checkbox"/> Dependência do sector turístico / sazonalidade
<input type="checkbox"/> Falta de emprego e recursos humanos qualificados
<input type="checkbox"/> Poucas empresas industriais e de alta tecnologia
<input type="checkbox"/> Perda de identidade cultural
<input type="checkbox"/> Fraco desenvolvimento cultural e criação artística
<input type="checkbox"/> Respostas na área da Saúde / Saúde mental / Idosos
<input type="checkbox"/> Habitação / Habitação social
<input type="checkbox"/> Acesso à justiça
<input type="checkbox"/> Política fiscal (residentes)
<input type="checkbox"/> Governança
<input type="checkbox"/> Regionalização/ Fraca influência na definição de políticas a nível nacional
<input type="checkbox"/> Classificação administrativa e estatística (NUT II e III)
<input type="checkbox"/> Burocratização
<input type="checkbox"/> Cooperação

A burocratização, a pouca tradição cooperativa e uma governança com atores tradicionalmente pouco concertados motivam a ausência de visões estratégicas integradas e por conseguinte a fraca influência da região na definição de políticas nacionais, que salvaguardem os interesses regionais, aspetos dificultados pelo efeito estatístico e administrativo da coincidência da classificação do território algarvio em NUTS II e III. São residuais as práticas de colaboração intermunicipal, quer no planeamento, quer na oferta de respostas conjuntas. A estes fatores, acrescem os que se prendem com o acesso à justiça e à necessidade de definir uma política fiscal convergente com o perfil regional e com a população residente, assim como adequar a oferta formativa da Universidade do Algarve, não só às necessidades atuais do mercado de trabalho, mas sobretudo às necessidades futuras, em áreas tecnológicas inovadoras e disruptivas.

Por fim identificam-se um conjunto de situações que implicam quer com a oferta, quer com a cobertura e o acesso a serviços, especificamente na área da saúde, e nesta, em particular, na saúde mental, mas também ao nível das respostas para o público sénior, a que se juntam preocupações ao nível da disponibilidade de habitação para o mercado residencial, que se confronta com fortes constrangimentos e concorrência por via do mercado turístico, motivando especulação imobiliária e novas formas de negócio ao nível da exploração, gestão e reserva de alojamento turístico não tradicional (ex: alojamento local e plataformas como a *Airbnb*).

Nas principais forças/pontos fortes da região do Algarve, os participantes destacaram os fatores locativos e as amenidades geográficas, climáticas, paisagísticas e gastronómicas como

diferenciadoras e com potencial de afirmação regional. Neste âmbito ganham relevância os valores identitários e patrimoniais, assim como os recursos, quer os endógenos, quer os que suportam atividades económicas como o turismo, nomeadamente as praias, ou com potencial de desenvolvimento, por exemplo, em termos energéticos.

Principais forças/pontos fortes da região
<input type="checkbox"/> Posicionamento geográfico
<input type="checkbox"/> Proximidade a Andaluzia /Mercado Ibérico
<input type="checkbox"/> Dinâmica demográfica
<input type="checkbox"/> Segurança
<input type="checkbox"/> Qualidade de vida
<input type="checkbox"/> Clima / número de horas de exposição solar
<input type="checkbox"/> Gastronomia
<input type="checkbox"/> Hospitalidade / Bem receber
<input type="checkbox"/> Diversidade territorial e paisagística / Mar e Serra
<input type="checkbox"/> Ambiente e natureza / Qualidade ambiental
<input type="checkbox"/> Praias / Litoral
<input type="checkbox"/> Economia do mar / Pesca / Aquicultura /recursos marítimos
<input type="checkbox"/> Identidade / Identidade Mediterrânica
<input type="checkbox"/> Turismo / Turismo rural
<input type="checkbox"/> Reconhecimento turístico internacional da região
<input type="checkbox"/> Recursos naturais / diversidade de recursos
<input type="checkbox"/> Património material e imaterial / natural e cultural
<input type="checkbox"/> Potencial energético (Energias Renováveis)
<input type="checkbox"/> Recursos endógenos (Ex: cortiça, citrinos e frutos secos)
<input type="checkbox"/> Universidade / Capacidade de inovação
<input type="checkbox"/> Aeroporto

A dinâmica demográfica regional foi igualmente apontada como vantagem comparativa, resultante quer dum saldo natural, ainda positivo, quer do saldo migratório favorável, com a atração e fixação de novos residentes. Esta dinâmica eleva as exigências na cobertura, oferta e acesso a equipamentos e infraestruturas coletivas e nas respostas nas mais diversas áreas de interesse geral.

A economia do mar e as atividades que enquadra, nomeadamente a pesca e aquicultura, mereceram igualmente a preferência dos participantes, que evidenciaram o seu potencial para afirmar a competitividade regional e favorecer a diversificação da sua base produtiva, sobretudo, se aliada à capacidade de inovação instalada na Universidade do Algarve, em particular neste domínio científico.

Por fim, mas não menos importante, releva-se a segurança, que surge identificada como ativo importante, quer na perceção do bem-estar físico e social da comunidade local, com elevada relevância para a sua qualidade de vida e simultaneamente para a promoção e valorização da região do ponto vista económico e turístico.

Quando questionados sobre as medidas de política pública que contribuiriam para o desenvolvimento regional, os participantes alinharam com igual importância e urgência, questões como a governança, manifestamente associadas à regionalização e políticas de cariz público nos setores da habitação, da saúde, da integração modal de transporte, do apoio à I&D, transferência de conhecimento entre a Universidade e as empresas ou a captação de investimento, mas também, medidas que promovam a atração e fixação de população na região, em particular no interior.

Mais importante	Mais urgente
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Descentralização/Regionalização <input type="checkbox"/> Sinergias intermunicipais <input type="checkbox"/> Discriminação positiva dos territórios de baixa densidade <input type="checkbox"/> Apoio à natalidade/Incentivos à fixação no interior <input type="checkbox"/> Respostas e apoios a idosos <input type="checkbox"/> Preservação e valorização do património <input type="checkbox"/> Qualificação de espaços públicos <input type="checkbox"/> Acessibilidades, transporte e infraestruturas (rodovia e ferrovia) <input type="checkbox"/> Política regional integrada de mobilidade e transportes <input type="checkbox"/> Apoio à I&D e transferência de conhecimento <input type="checkbox"/> Empreendedorismo de base tecnológico/Universidade <input type="checkbox"/> Apoios às empresas / Incentivos fiscais ao investimento <input type="checkbox"/> Agência regional para o investimento (atração de empresas) <input type="checkbox"/> Empreendedorismo em sectores não turísticos <input type="checkbox"/> Qualificação dos recursos humanos <input type="checkbox"/> Saúde / Hospital Central <input type="checkbox"/> Inclusão de pessoas com deficiência <input type="checkbox"/> Incentivos ao arrendamento 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Dotação orçamental ajustada à Região <input type="checkbox"/> Regionalização <input type="checkbox"/> Planeamento integrado e a longo prazo <input type="checkbox"/> Plano Regional de Ação e Adaptação às Alterações Climáticas <input type="checkbox"/> Água: disponibilidade hídrica <input type="checkbox"/> Controlo da qualidade ambiental (saneamento) <input type="checkbox"/> Apoio à I&D e transferência de conhecimento <input type="checkbox"/> Agência regional para o investimento (atração de empresas) <input type="checkbox"/> Incentivos à fixação da população <input type="checkbox"/> Políticas de apoio à habitação <input type="checkbox"/> Preservação e valorização do património <input type="checkbox"/> Acessibilidades e transportes: Rede de transportes regional / Linha Ferroviária / Intermodalidade <input type="checkbox"/> Plano de Mobilidade Regional (acessível e sustentável) <input type="checkbox"/> Saúde / Hospital Central <input type="checkbox"/> Promoção de hábitos de vida saudáveis (Saúde, desporto, alimentação) <input type="checkbox"/> Respostas e apoios a idosos <input type="checkbox"/> Gestão centralizada de dados <input type="checkbox"/> Desburocratização / Simplificação administrativa

Com maior caráter de importância destaca-se a sugestão de medidas de política incidentes na promoção do empreendedorismo e na qualificação e formação profissional, ambas com uma carga de intencionalidade ao nível da diversificação da base económica regional e da afirmação e desenvolvimento tecnológico do tecido empresarial.

Destaque ainda para as questões inerentes à preservação e valorização patrimonial, bem como para as intervenções de qualificação dos espaços públicos, e numa frente social, nas respostas e apoios para os idosos e nas medidas de política promotoras da inclusão de pessoas com deficiência.

Já com caráter de urgência, os participantes evidenciaram a necessidade de planejar de forma integrada e a longo prazo, com vista à maximização de esforços e objetivos comuns, assim como medidas de reforço na área da saúde, que viabilizem, por exemplo, a construção de um novo hospital central ou que promovam hábitos de vida saudáveis, combinando não só a saúde, como a alimentação e a prática de exercício físico.

A disponibilidade hídrica mereceu igualmente a referência dos participantes, carecendo de medidas de política pública que contribuam para uma regulação e gestão equilibrada da água,

bem como para um uso sustentável e racional, quer nos consumos domésticos, quer nos consumos associados às atividades económicas.

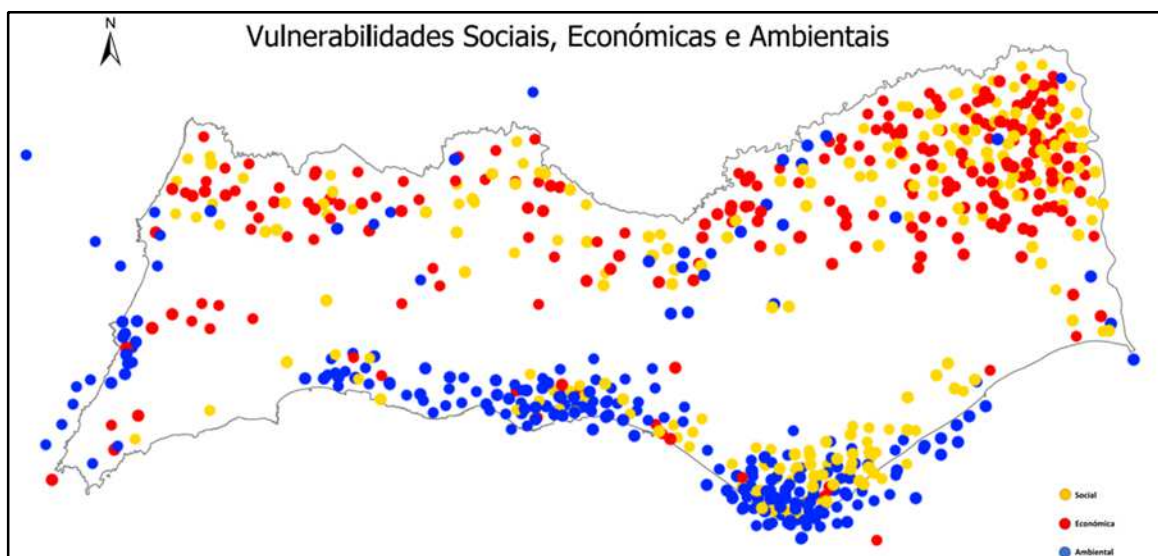
Em termos operacionais, os participantes sugeriram uma gestão centralizada de dados, em linha com os projetos já em curso ao nível da Região Inteligente Algarve (RIA), das *smart grids* ou dos *smart destinations*, assim como reclamaram uma “dotação orçamental ajustada à região”, que se espera, financeiramente mais robusta e administrativamente simplificada.

No final de cada sessão os participantes foram convidados a identificar os territórios que consideravam mais vulneráveis do ponto de vista social, económico e ambiental. O mapa seguinte espelha o resultado global das escolhas materializadas pelos participantes das diferentes sessões públicas.

Do ponto de vista social, os participantes centraram as suas opções em duas vertentes, que espelham diferentes **vulnerabilidades sociais**. Regista-se um grande foco de concentração litoral com polos em Portimão, Albufeira, Quarteira-Vilamoura e sobretudo Faro e Olhão, com problemáticas centradas na empregabilidade derivadas dos perfis produtivos locais, na habitação e na integração de minorias.

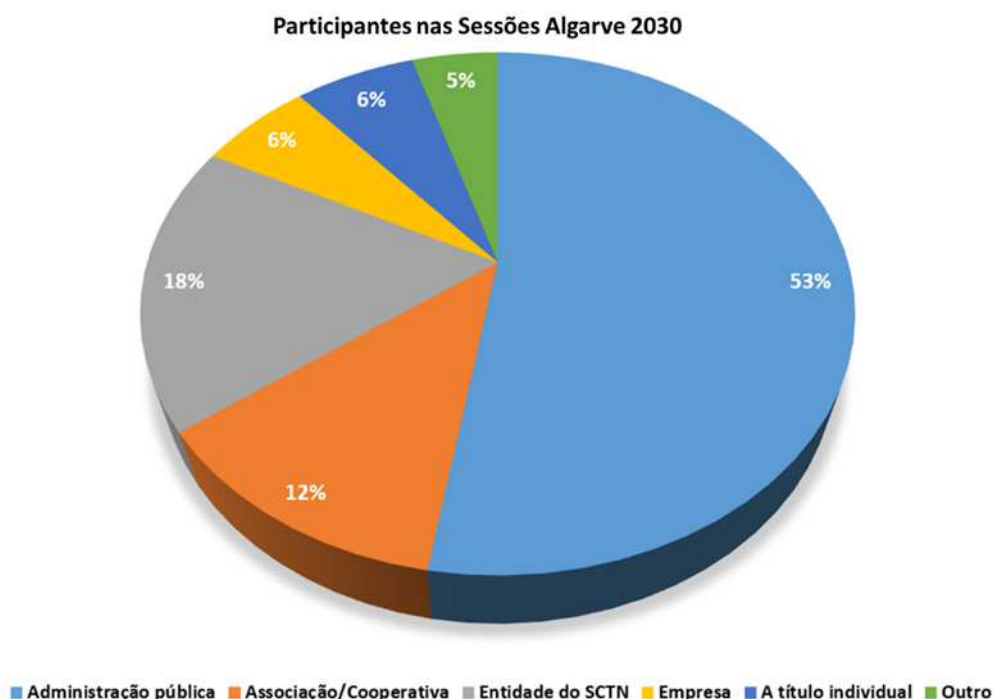
Por outro lado, um corredor que cobre toda a serra algarvia, que apresenta uma forte pressão no Nordeste, nomeadamente no concelho de Alcoutim, mas também o interior do concelho de Tavira, onde o despovoamento e o elevado índice de envelhecimento, contribuem para uma perceção de maior vulnerabilidade social deste território, constituindo um fator determinante para a sua sustentabilidade, não só demográfica, como económica e ambiental.

Em linha com a leitura anterior, as maiores **vulnerabilidades económicas** centram-se na zona serrana, de Aljezur a Alcoutim, registando-se uma forte expressão no interior dos concelhos de Monchique, Silves, Loulé e Tavira, e uma vez mais, a evidente preocupação com o território alcoutenejo. A baixa densidade demográfica e empresarial destes territórios, marca e impõe baixos níveis de atratividade e de empregabilidade, motivando dinâmicas pouco expressivas do ponto de vista económico, evidentes na escolha da maioria dos participantes nas sessões.



Ao nível ambiental, a forte pressão urbanística, demográfica, empresarial e turística no litoral da região, motivou a incidência de escolhas na faixa costeira, salientando-se as preocupações com valores patrimoniais ambientais com elevados índices de proteção e salvaguarda, como a Ria Formosa ou a orla costeira compreendida entre Portimão e Albufeira, assim como a costa Vicentina, a serra do Caldeirão e com menor intensidade a serra de Monchique e o vale do Guadiana. Neste leque de opções, evidenciam-se **vulnerabilidades ambientais** que se prendem com riscos e ameaças diferenciadas, desde a dinâmica do litoral (arenoso ou rochoso) e erosão costeira, aos incêndios florestais ou ao assoreamento do Guadiana. Mas também aquelas que derivam da ação antrópica, nomeadamente das opções de ordenamento do território, da pressão urbana e turística, da sobre exploração dos recursos, da falta de dimensionamento da capacidade de carga, do ordenamento florestal ou a conflitualidade de atividades económicas instaladas ou em estudo, sendo relevante as preocupações com a exploração de hidrocarbonetos na região, em particular na costa leste atlântica.

Por fim, de forma a conhecer o perfil dos participantes, apresenta-se o seguinte gráfico, que permite aferir o peso preponderante dos representantes da administração pública e do sistema científico e tecnológico, respetivamente com 53% e 18%. Pelo lado inverso, regista-se que 12% dos participantes correspondiam a representantes associativos/cooperativos e a fraca adesão de participantes a título individual e das empresas, que no conjunto totalizam também 12 % (6% cada respetivamente). Da leitura deste perfil, conclui-se que a participação expressa neste tipo de processos se encontra ainda muito focalizado nas entidades, e sobretudo nas de caráter administrativo e institucional, estando ainda distante dos cidadãos comuns, que não vem interesse, oportunidade ou relevância, no seu envolvimento neste tipo de reflexões.



Um (novo) referencial para o país: a visão do Algarve

No quadro do exercício participativo realizado com os atores regionais e com a população em geral, além dos domínios/objetivos presentes na Estratégia Nacional Portugal 2030, amplamente discutidos e reiterados pela maioria dos participantes, salientam-se mais cinco grandes tendências, que poderemos resumir em: **governança, qualidade de vida, disponibilidade hídrica, conectividade e património.**

A **governança** dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constitui um fator crítico à prossecução de uma estratégia que se deseja eficiente e profícua para o país e para as regiões, com vista ao estrito cumprimento do estabelecido nos domínios/objetivos delineados.

Nesse sentido, a CCDR Algarve, com base nas experiências e práticas estabelecidas nos períodos de programação anteriores e com base nos velhos e novos desafios para promoção da coesão territorial e social, competitividade e desenvolvimento regional, propõe o estabelecimento de uma **abordagem plurifundo, inter-regional e transfronteiriça**, que constituirá, só por si, uma abordagem inovadora ao nível da gestão, mas também da perceção e aferição dos impactos das políticas públicas a escalas diferenciadoras, eventualmente mais próximas e consentâneas com as especificidades locais, supramunicipais, intra e inter regionais.

Para uma abordagem **plurifundo**, considera-se fundamental integrar toda a arquitetura de financiamento dos FEEI, numa estratégia macro, que sirva os interesses regionais e nacionais, propiciando um planeamento integrado e concertado das políticas públicas que importam para o Algarve, independentemente da sua proveniência em termos financeiros. O foco deverá alocar-se aos objetivos a atingir e não aos atores a envolver na sua gestão, através da delimitação de fortes restrições de âmbito, que potenciem os resultados. Perante este processo de adequação da governança, permitir-se-á promover a simplificação e desburocratização inerentes aos processos de financiamento, assim como contribuirá para aumentar níveis de desempenho e de convergência.

No que respeita à abordagem **inter-regional** procura-se salvaguardar valores, materiais e imateriais, características comuns e transversais, que se prolongam além das fronteiras físicas e administrativas, devendo por isso ser olhadas de forma una e conjunta, mitigando limitações burocráticas e favorecendo as comunidades locais e as empresas.

Na abordagem **transfronteiriça** defende-se um alinhamento estratégico para os territórios de fronteira, inovando nas escalas de atuação, na alocação de fundos e na sua gestão, privilegiando ações concertadas, nomeadamente ao nível das eurocidades e das euroregiões, no caso particular do Algarve na eurocidade do Guadiana (Vila Real de Santo António - Castro Marim - Ayamonte) e na euroregião Algarve - Alentejo - Andaluzia.

Uma arquitetura flexível e subsidiária ao nível da programação e governança dos fundos reforçará, por um lado, o trabalho cooperativo e em rede, por outro, a afirmação e reforço identitário, no seio de contextos escalares distintos.

O Algarve deve procurar uma integração competitiva no contexto das regiões europeias, que passa pela inserção nas redes transeuropeias e pela exploração das oportunidades que daí decorrem, mas sobretudo, por uma participação liderante em redes e programas de cooperação e pela afirmação da região como localização competitiva de funções terciárias. O potencial, a estrutura e as dinâmicas do sistema urbano serão decisivos para a qualificação da oferta de

serviços e para a implantação de atividades inovadoras que reforcem a competitividade internacional da economia do Algarve.

Em linha com este esforço de **cooperação** multiescalar, urge continuar a trabalhar na aproximação da população e atores regionais à União Europeia, às suas instituições e às oportunidades que enquadram, maximizando a concertação dos FEEI aos desígnios comuns e partilhados, assentes em processos de interação desburocratizados, simplificados e *user friendly*. As barreiras comunicacionais não podem limitar as oportunidades de conhecimento, apoio e desenvolvimento, devendo para tal apostar-se em soluções promotoras de igualdade de acesso e benefício.

Processualmente, o caminho a seguir deve ser o da **simplificação**, quer do ponto de vista da gestão (*BackOffice*), quer do ponto de vista dos beneficiários, quer ainda da comunicação entre ambos, caminho já empreendido no atual quadro de programação financeira, mas sem os resultados operacionais previstos. É fundamental encontrar soluções desmaterializadas com suporte e segurança jurídica adequada, favorecendo os processos de interação entre as entidades gestoras e os beneficiários. A promoção de uma participação cívica ativa, deve igualmente consubstanciar um desígnio de confiança e corresponsabilização, entre todas as partes a envolver.

No sentido lato, a **qualidade de vida** traduz, simultaneamente uma aspiração e uma preocupação transversal, quer para a comunidade local, quer para os desígnios de competitividade inerentes ao tecido económico regional, em particular na perceção dos ativos que convergem e contribuem para a dinâmica de oferta e procura do setor do turismo, importando questões como a segurança, o ambiente urbano, a diversidade e qualidade dos serviços disponíveis, as oportunidades de emprego ou o reconhecimento e valorização profissional, que conjuntamente motivam boas perspetivas de futuro e contribuem para fixar e atrair novos residentes e turistas.

Para esta questão, importa contribuir para o aumento da perceção do conceito de sustentabilidade, que se traduzirá de forma mais ou menos evidente, em termos sociais, económicos, ambientais e na própria governança, que embora amplamente referenciado, merecerá uma abordagem integrada e transversal no contexto da promoção da qualidade de vida na região.

A **disponibilidade hídrica** afirmou a preocupação regional com a gestão sustentável do recurso água, indispensável, em quantidade e qualidade, às principais atividades produtivas do Algarve. Alertou, também, para a necessidade de uma correta gestão do seu uso, ainda mais num quadro de alterações climáticas, que tem evidenciado a volatilidade do recurso, muitas vezes com longos períodos de escassez, conduzindo a fenómenos de seca e desertificação, sendo por isso vital, programar de forma atempada soluções de armazenamento, tratamento e utilização racional da água, numa região manifestamente vulnerável e com uma amplitude de consumos sazonais com extremos acentuados.

Neste âmbito, levantaram-se ainda questões inerentes ao tratamento e reutilização de águas residuais, por via do desenvolvimento de soluções técnicas conducentes à implementação de fábricas de água ou para incitar o desenvolvimento de processos de dessalinização, que contribuam para um balanço hídrico mais favorável à região e à sua (re)utilização, por exemplo, em atividades de rega no contexto agrícola, turístico (golfe) e/ou noutros. Estas ações contribuem para a promoção de uma economia circular e instigam consumos mais responsáveis.

A **mobilidade** constituiu talvez, a questão mais recorrente na globalidade das sessões de participação pública, quer do ponto de vista da problemática da oferta, qualidade e intermodalidade, quer do ponto de vista da importância e urgência a atribuir em termos de domínios/objetivos alternativos ou complementares, quer ainda ao nível das medidas de política a implementar com vista à prossecução do desenvolvimento regional.

Embora de difícil resolução, esta questão assume particular importância na região, sobretudo face à dimensão da problemática, que contempla, não só infraestruturas, as redes e a cobertura das mesmas, como as competências de gestão, a integração modal e bilhética e outras dimensões, que importam com o ponto anterior da qualidade vida, mas também com o desempenho do tecido económico. Neste ponto são veementemente reclamadas intervenções na EN 125, na eletrificação da ferrovia ou na ligação ferroviária de Faro ao aeroporto.

A **conectividade** regional, desígnio da melhoria da mobilidade, será porventura, um dos principais fatores críticos observados no Algarve e para o qual, as expectativas da região estão elevadas no horizonte 2030, além das já contempladas soluções mitigadoras da emissão de carbono, da promoção da utilização de modos suaves ou da adoção de fontes de energia limpas.

Por fim, ao nível do **património e cultura** registam-se preocupações com a salvaguarda da memória coletiva, por via da salvaguarda, proteção, valorização, interpretação e fruição dos valores patrimoniais em presença, sejam estes de índole natural ou construídos, materiais ou imateriais, reforçando a identidade e sustentabilidade regional integrada, mas também a atratividade do Algarve. Complementarmente, ao nível cultural, evidenciaram-se questões que vão desde a promoção e programação cultural diversificada e de qualidade, à criação e formação de públicos, até à criação artística de base local, contribuindo também para a valorização da identidade, dos recursos e dos profissionais do setor.

Os recursos patrimoniais e culturais, aliados aos recursos endógenos e às especificidades turísticas da região podem potenciar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, suportado pelo conhecimento produzido na Universidade do Algarve e pelo crescente tecido empresarial focado nestas áreas.

A competitividade, a sustentabilidade e a inteligência regional passam pela delineação de uma estratégia que envolva todas as dimensões da economia e da sociedade, pressupondo uma elevada qualidade do ambiente, da paisagem, das infraestruturas e dos equipamentos urbanos.

Assim, mantendo a estrutura da Estratégia Nacional Portugal 2030, por domínios/objetivos, a CCDR Algarve concretiza um conjunto de dimensões, complementares ou específicas que, pretendemos, venham expressar de forma adequada e integrada os contextos e os objetivos prioritários que suportam cada domínio, resultando, por vezes, em redações distintas da proposta inicial, mas que a nosso ver alargam a componente estratégica deste exercício de planeamento, respondendo de forma corresponsável, quer ao desafio lançado pelo senhor primeiro ministro, quer ao desafio lançado por esta entidade à região, aos seus atores e à população em geral.

Nesta abordagem regional, procurou-se igualmente sinalizar os **atores sociais** relevantes para o desenvolvimento e concretização de cada um dos domínios/objetivos, sejam estes de caráter nacional, regional ou municipal, de índole setorial, académica ou associativa.

Para uma melhor identificação do proposto, sublinham-se nas tabelas seguintes, os contributos regionais do Algarve.

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

MATRIZ SÍNTESE DAS LINHAS GERAIS DE PRIORIDADES PÓS 2020

Objetivos Prioritários		
DOMÍNIOS / OBJETIVOS TRANSVERSAIS	I. Inovação e Conhecimento	Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional/regional para uma estratégia sustentada na inovação e na especialização inteligente dos territórios
	II. Qualificação, Formação e Emprego	Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social regional
	III. Sustentabilidade demográfica	Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica e os recursos necessários ao crescimento da economia.
DOMÍNIOS / OBJETIVOS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL	IV. Energia e alterações climáticas	Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas
	V. Economia do Mar	Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar
	VI. Redes e Mercados Externos	Assegurar a inserção competitiva dos territórios em escalas superiores enquanto produtores de bens e serviços com potencial exportador
	VII. Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade	Reforçar a competitividade e sustentabilidade dos territórios da baixa densidade e dos seus recursos endógenos
	VIII. Agricultura/florestas	Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

I. Inovação e Conhecimento

Objetivo – Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica regional para uma estratégia sustentada na inovação e na especialização inteligente dos territórios

Inovação Empresarial

Atores Sociais: Universidade, Entidades do SCT, Associações Empresariais, Sindicatos, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ensino Superior, Educação, AMAL e outros considerados pertinentes.

- Start-ups, empreendedorismo qualificado e espírito empresarial
- IDT Empresarial
- Novas especializações em áreas com procuras emergentes - indústria e serviços
- Integração em cadeias internacionais em segmentos de maior valor acrescentado:
 - Agricultura
 - Floresta
 - Indústrias tradicionais
 - Turismo
 - TIC
- Globalização, internacionalização e produtividade em PME
- Economia digital

Conhecimento e base científica

Atores Sociais: Universidade, Entidades do SCT, Associações Empresariais, Sindicatos, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ensino Superior, Educação e outros considerados pertinentes.

- Programas de desenvolvimento de I&D estrutural em domínios estratégicos (ex: mar);
- Desenvolvimento de novos formatos de processos colaborativos entre Ciência e Empresas (novos modelos de cooperação) – plataformas colaborativas
- Internacionalização das instituições de I&I regionais e participação em redes internacionais
- Inovação disruptiva baseada em inteligência artificial, realidade virtual, IoT e tecnologia blockchain

Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3)

Programas transversais estratégicos: Indústria 4.0, Economia Circular, Outros

Inovação no Setor Público: Transformação digital e Integração de serviços públicos/ Digitalização da administração pública na interação com o público / Simplificação administrativa

Conetividade de pessoas, bens e informação

Programas de educação empreendedora no ensino secundário com participação das escolas em parcerias/projetos público-privados

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

II. Qualificação, Formação e Emprego

Objetivo – Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social **regional**

Qualificação e Formação

Atores Sociais: Associações Empresariais, Sindicatos, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação e outros.

- **Educação e Formação de Jovens (corrida para o topo)**
 - Combate abandono/insucesso escolar
 - Alinhamento das vias profissionalizantes no secundário com as novas especializações
 - Formação Superior de curta duração para novas profissões
 - Formação avançada
- **Adultos**
 - ✓ Reconversão para novas competências (formação alinhada com novas profissões) arrastando recuperação do atraso estrutural

Emprego

Atores Sociais: Associações Empresariais, Sindicatos, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação e outros considerados pertinentes.

- **Medidas com efeito no aumento estrutural da taxa de emprego (e.g. estágios profissionais) e em territórios específicos (baixa densidade)**
- **Integração de ativos altamente qualificados nas empresas**
- **Medidas dirigidas ao reforço das taxas de atividade:**
 - ✓ Jovens NEET
 - ✓ Desempregados de muita longa duração
 - ✓ Envelhecimento ativo (faseamento na passagem para a reforma)
 - ✓ Portadores de deficiência
 - ✓ Economia social / Empreendedorismo e Inovação social
 - ✓ Outros

Alinhamento das Políticas cofinanciadas com programas estratégicos: INCODE (competências digitais); Indústria 4.0; Outros

Atração e retenção de profissionais qualificados

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

III. Sustentabilidade demográfica

Objetivo – Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica e os recursos necessários ao crescimento da economia.

Sustentabilidade demográfica

Atores Sociais: AMAL, Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ensino Superior, Educação, Cultura, Planeamento e Infraestruturas, Grupos de Ação Local, Agências de Desenvolvimento Local, Associações e outros considerados pertinentes.

- **Promoção das condições favoráveis à melhoria do saldo natural, através de medidas de incentivo à natalidade**
- **Diminuição do índice de dependência total**
- **Reforço da conciliação entre a vida familiar e a vida laboral**
- **Avaliação e programação da rede de serviços de interesse geral (SIG) (saúde, educação, ação social)**
- **Respostas e soluções inovadoras e de proximidade para públicos específicos (crianças, jovens, idosos, deficientes)**
- **Promoção de condições favoráveis à manutenção, atração e fixação de população, favorecendo a melhoria dos saldos migratórios e da empregabilidade**
- **Promoção da qualidade de vida (perceção física e bem-estar social)**

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

IV. Energia e Alterações climáticas

Objetivo – Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas

Cidades Inteligentes e Eficientes

Atores Sociais: Associações Ambientistas, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Ciência e Ens. Sup e outros considerados pertinentes.

- Eficiência energética no edificado (público e privado)
- Economia circular
- **Articulação modal**
- Transportes públicos coletivos eficientes e em rede
- Mobilidade Elétrica e Suave
- **Digitalização e sensorização**

Transição energética

Atores Sociais: Associações Empresariais, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Ciência e Ens. Sup. e outros considerados pertinentes.

- Inovação na produção, armazenamento e distribuição de energias renováveis
 - ✓ I&D, incluindo instalações piloto, em novas áreas ou novas tecnologias: eólico offshore, solar, ondas, marés, biomassa, outros
 - ✓ Primeiras fases de redes de novos formatos
- Eficiência Energética (projetos demonstradores de forte efeito de disseminação)
- Produção regional de equipamentos, software e serviços financeiros associados à transição energética
- **Digitalização e smart grids**
- **IOT aplicado ao setor energético**

Reforço do potencial ambiental (captura de carbono, biodiversidade, natureza/recursos naturais, medidas agroambientais)

Disponibilidade hídrica (armazenamento / gestão / tratamento / reutilização)

Política integrada de educação, proteção e salvaguarda ambiental

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

V. Economia do Mar

Objetivo – Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar

Economia do Mar

Atores Sociais: Associações Empresariais, Sindicatos, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, do Mar, do Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação e outros considerados pertinentes.

- Aumento do valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura
- I&I e exploração de novos recursos e novas aplicações **com alto potencial de penetração no mercado**
- Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade
- Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo
- **Energia**
- **Fronteira marítima**
- **Ordenamento do espaço marítimo**
- **Governança: Gestão integrada da orla costeira**

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

VI. Conectividade: Redes e Mercados externos

Objetivo – Assegurar a **inserção competitiva dos territórios em escalas superiores enquanto produtores de bens e serviços com potencial exportador**

Atores Sociais: AMAL, Associações Empresariais, Organismos do Ministério da Economia, Negócios Estrangeiros, do Mar, do Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup. Educação, Agricultura, Planeamento e Infraestruturas, e outros considerados pertinentes.

Competitividade dos territórios urbanos

- Redes urbanas de inovação e crescimento (clusters de atividades criativas/ culturais ou intensivas em conhecimento)
- Reabilitação urbana (edificado e espaço público)
- Territórios Competitivos/ Territórios Coesos (Emprego, Políticas locais de integração e inclusão, Migrantes e Refugiados)

Projeção externa da faixa atlântica

- Redes logísticas e ligações Rodo-ferroviárias a ALE's/Portos
- Aproveitamento do potencial geográfico e económico das Regiões Autónomas
- Fronteira marítima

Inserção territorial no Mercado Ibérico

- Estratégia de orientação para o mercado ibérico dos territórios do interior (planeamento integrado da cooperação transfronteiriça)
- **Cooperação transfronteiriça (euroregiões e eurocidades)**
- Ligações Rodo-ferroviárias a ALE e Ligações Transfronteiriças

Novas escalas e novos modelos de governança

Desmaterialização das conectividades

Fecho de redes de serviços coletivos

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

VII. Competitividade e Coesão dos territórios da baixa densidade

Objetivo – Reforçar a competitividade e sustentabilidade dos territórios da baixa densidade e dos seus recursos endógenos

Competitividade e coesão na baixa densidade

Atores Sociais: AMAL, Grupos de Ação Local, Agências Locais de Desenvolvimento, Associações Empresariais, Sindicatos, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação, Agricultura, do Planeamento e Infraestruturas e outros considerados pertinentes.

- Estímulo de complementaridades urbano-rurais baseadas nos recursos endógenos
- Diversificação da base económica e crescimento do emprego com base nos ativos locais
- Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços de interesse geral (Educação, Saúde, Cultura, Justiça, Sociais, Económicos, Associativos, etc.) potenciando as ligações rural-urbano e a qualidade de vida.
- Promoção dos valores identitários, patrimoniais e paisagísticos, enquanto ativos na promoção da competitividade e sustentabilidade territorial

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

VIII. Agricultura e Florestas

Objetivo – Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

Agricultura e Florestas

Atores Sociais: AMAL, Grupos de Ação Local, Agências Locais de Desenvolvimento, Associações Empresariais, Sindicatos, Organismos do Ministério da Economia, Agricultura, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação, do Planeamento e Infraestruturas, ICNF e outros considerados pertinentes.

- Aposta no desenvolvimento agrícola competitivo e no regadio
- Emparcelamento agroflorestal
- Reforço do potencial económico da floresta
- Resiliência, mitigação e prevenção de riscos
- Valorização e preservação da paisagem

Anexo: Fotografias das Sessões de Participação Pública Algarve 2030

